

CONGRESSO

PEC da maioridade penal avança

Motta cria comissão especial para analisar a proposta que reduz a 16 anos a idade mínima para responder por crimes

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), criou, ontem, uma comissão especial para discutir o mérito da Proposta de Emenda à Constituição 32/2015, que prevê a diminuição da maioridade penal para 16 anos. A matéria foi aprovada por 44 votos a favor e 18 contra na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, em junho.

Caso seja aprovada na comissão, a PEC seguirá para o plenário, onde precisará de, no mínimo, 308 votos favoráveis em dois turnos de votação. O texto ainda deverá passar pela CCJ do Senado e ser aprovado com 49 votos nos dois turnos no plenário.

Apesar de ter sido instalada a comissão, a votação da matéria não deve ocorrer antes das eleições. Segundo Motta, o texto trata de um assunto sensível, que precisa ser acompanhado de uma discussão sobre o sistema penitenciário.

A proposta é de autoria do ex-deputado Gonzaga Patriota (PE) e voltou à pauta no Congresso depois de ter sido retirada da PEC da Segurança Pública. No texto original, Patriota também propôs a obrigatoriedade do voto aos 16 anos e a redução da idade mínima para concorrer a cargos públicos. O relator da proposta, deputado Coronel Assis (PL-MT), no entanto, retirou as propostas e apensou o texto a outras duas PECs com o mesmo tema.

Motta ainda não oficializou quem irá presidir a comissão, mas já havia se comprometido a indicar o deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA) em outra ocasião. Em uma rede social, o deputado comemorou a decisão do presidente. “É mais um passo importante para que o Congresso avance

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Motta argumentou que o texto trata de um assunto sensível, que precisa ser acompanhado de uma discussão sobre o sistema penitenciário

que é que ele não pode ser responsabilizado penalmente?”, questionou Mendonça durante a votação na CCJ. “Não vejo razão para sustentar uma posição divergente em relação à da grande maioria da população brasileira.”

Para a base governista, no entanto, o projeto está sendo usado como populismo eleitoral, ao favorecer a ideia de que traria mais segurança. “É uma PEC que tramita nesta Casa desde 2015 e que, no governo Bolsonaro, quando podiam usar o peso de governo, não tentaram aprovar. Agora que as urnas vão dar um recado, eles querem criar um distracionismo a partir dessa PEC”, disse a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) também durante a votação em junho.

O anúncio da instalação da comissão especial foi feito por Motta pela rede social X. O presidente também determinou a criação de comissões especiais para discutir a preservação e desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, a pedido do deputado Paulo Guedes (PT/MG), além da matéria que diz respeito à Contratação de Menor Aprendiz por prefeituras municipais (PL 3087/2023) e a PEC 34/2025, sobre o regime tributário para a cadeia de recicláveis.

*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa



Estamos avançando no debate destas pautas para entregar os melhores projetos ao país"

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara dos Deputados

no enfrentamento da impunidade e discuta uma resposta mais firme aos crimes graves praticados por adolescentes. Sigo trabalhando para que essa proposta avance e seja aprovada com urgência”, escreveu Mendes.

Além disso, um dos nomes cotados para relatar a matéria, o deputado Mendonça Filho (PL-PE), entende que a redução da maioridade penal é um passo para promover democracia, já que grande parte da população é a favor do projeto.

Segundo uma pesquisa do DataFolha, publicada no fim de junho, 79% dos brasileiros apoiam a medida, enquanto 17% são contra, 3% não sabem responder e 1% é indiferente. O percentual é ainda maior em uma pesquisa realizada pela Real Big Data, em maio. O levantamento aponta que 90% da população concorda com a redução. A pesquisa foi feita no âmbito das eleições e revelou que o tema tem amplo apoio da esquerda e da direita. Cerca de 81% dos eleitores de Lula são favoráveis, em

comparação aos 96% dos apoiadores de Flávio Bolsonaro.

Um dos argumentos da direita é de que, da mesma forma que um adolescente de 16 anos pode votar, ele também deve ser responsabilizado criminalmente. “O jovem de hoje tem muito mais conhecimento do que o jovem de 20 anos, 30 anos, 50 anos atrás. Ele é plenamente consciente das suas atitudes, da sua condição de cidadão. Ele vota para eleger presidente da República, governador, representante no Parlamento. Por

Carlos Moura/Agência Senado



Alcolumbre formalizou a prorrogação da medida provisória

MP de subsídios é prorrogada

» PEDRO JOSÉ*
» DANANDRA ROCHA

O Congresso prorrogou por 60 dias a vigência da Medida Provisória nº 1.358/2026, que criou mecanismos de subvenção para produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo. Com a decisão, publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), o texto poderá ser analisado pelos parlamentares até 23 de setembro.

A prorrogação foi formalizada pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), seguindo o rito habitual das medidas provisórias que ainda não foram apreciadas pelo Legislativo dentro do prazo inicial de vigência.

Editada pelo governo federal em 13 de maio, a MP surgiu em meio à escalada das tensões no Oriente Médio e à forte alta das cotações internacionais do petróleo. O objetivo era reduzir os efeitos do encarecimento dos combustíveis sobre a economia brasileira por meio de subsídios à cadeia de abastecimento.

Apesar da relevância do tema, a comissão mista responsável pela análise da medida ainda não foi instalada, o que impediu o avanço da discussão no Congresso nas últimas semanas.

Enquanto a MP segue sem votação, o governo já sinalizou mudanças na política de subsídios. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, informou que será encerrada a subvenção de R\$ 0,35 por litro concedida ao diesel, diante da redução das pressões sobre os preços internacionais do petróleo.

O programa previa auxílio de R\$ 1,12 por litro de óleo diesel, R\$ 0,44 por litro de gasolina e R\$ 11 para cada botijão de gás de cozinha de 13 quilos.

Em nota, o presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, avaliou positivamente a prorrogação da medida. Segundo ele, o prazo adicional permite um debate mais amplo sobre os mecanismos de subvenção à luz da nova realidade do mercado

internacional, marcada pela queda das tensões geopolíticas e pela redução dos preços do petróleo.

“Defendemos que qualquer decisão preserve a segurança do abastecimento, a estabilidade do mercado e a previsibilidade para toda a cadeia de combustíveis, sempre com foco em assegurar que os benefícios das políticas públicas possam alcançar efetivamente o consumidor”, afirmou.

Logística

O professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Renan Pieri avaliou que o impacto do fim do subsídio ao diesel tende a ocorrer mais pela logística do que diretamente na bomba. “O diesel é o combustível estruturante da logística, então o efeito vem menos pela bomba e mais pelo frete, que encarece alimentos e bens industrializados, itens de peso alto no IPCA”, explicou.

Segundo o economista, o atual cenário de queda do petróleo e

câmbio relativamente estável ajuda a amortecer parte do choque, reduzindo o repasse aos preços. “É um efeito pontual e de segunda ordem, não um novo patamar de inflação”, disse.

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), por sua vez, manifestou preocupação com as recentes notícias quanto à possibilidade de o governo federal manter o Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto.

“A manutenção do Imposto de Exportação, ainda que com redução gradual das alíquotas dependendo da evolução do Brent, ampliará os impactos econômicos nos projetos de produção e nos planos de investimentos das empresas produtoras de petróleo e configurará uma continuidade da inconstitucionalidade que caracteriza esse imposto, dado o seu caráter assumidamente arrecadatório, ampliando ainda mais a insegurança jurídica no país”, frisou o IBP em nota.



No dia **21 de abril de 2027**, a maior celebração do esporte retorna à Esplanada dos Ministérios, em Brasília. **Dos 3km ao desafio supremo dos 42km**, estaremos juntos, mais uma vez, para irmos além.